

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição/fornecimento de 1 (uma) licença anual do tipo Equipe Profissional para uso do software Figma.

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como :

☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);

☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3 O serviço é do tipo por escopo, com prazo certo e não continuado.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 180 dias a contar do empenho da despesa.

1.5 A contratação não será prorrogada.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1 Licença anual, do tipo Equipe Profissional, para uso do software Figma que provê um repositório de todos os artefatos de design de interface (desenhos, padrões, protótipos, branding, usabilidade e experiência) projetados pelo profissional contratado de UX/UI (user experience e user interface) de forma perene, em uma conta do MPRS, permitindo repasse dos mesmos, ainda que ocorra alteração de contrato ou do profissional.

2.2 Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão de se enquadrar no caso do item "a", inciso I, Art 9º do Provimento 104/2023 da PGJ/RS

2.3 BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO

2.3.2 A solução deverá estar disponível por 12 meses após sua entrega e disponibilizar os seguintes recursos:

2.3.1 Recursos Starter:

- a. Editor do Figma
- b. 3 arquivos de design colaborativo
- c. Rascunhos pessoais ilimitados
- d. Inspeção de arquivos básica

2.3.2 Recursos de Design

- a. Arquivos do Figma ilimitados
- b. Bibliotecas de equipe
- c. Prototipagem avançada

2.3.3 Recursos Dev Mode

- a. Exibir anotações
- b. Inspeção avançada
- c. Extensão para VS Code

2.3.4 Recursos Admin

- a. Histórico de versões ilimitado
- b. Projetos compartilhados e privados

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, é utilizada, pela equipe de desenvolvimento, uma licença gratuita do Software FIGMA. Contudo, com o ingresso em uma nova fase do projeto que envolve repasse dos artefatos para os desenvolvedores de software (programadores); a funcionalidade que permite esse repasse, em formato de código-fonte a ser implementado, eliminando

imprecisões, chamado DevMode, só está disponível na licença do tipo Profissional, que é paga, sendo necessária a contratação da mesma.

3.2 ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTRATÉGICO/TI E PCA)

Esta Contratação está incluída na previsão do Item 444 do orçamento da DTIC para 2025.

3.3 ESTIMATIVA DA DEMANDA

A aquisição de apenas 1 licença atende a demanda.

3.4 PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Considerando se tratar de aquisição de uma única licença, não há parcelamento da solução.

3.5 RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Possuir todos os artefatos de design de interface (desenhos, padrões, protótipos, branding, usabilidade e experiência) projetados pelo profissional contratado de UX/UI (user experience e user interface), armazenados em um repositório de uma conta do MPRS, de forma perene, permitindo repasse dos mesmos, ainda que ocorra alteração de contrato de prestação de serviços de usabilidade de software ou do profissional da empresa prestadora.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS DO NEGÓCIO

Disponibilizar um repositório para armazenamento de todos os artefatos de design de interface (desenhos, padrões, protótipos, branding, usabilidade e experiência) projetados pelo profissional contratado de UX/UI (user experience e user interface) de forma perene, em uma conta do MPR.

4.2 REQUISITOS LEGAIS

Não se aplica

4.3 REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

A equipe demandante já utiliza, atualmente, uma versão gratuita do software, possuindo, portanto, conhecimento que dispensa necessidade de capacitação.

4.4 REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

Não se aplica

4.5 REQUISITOS TEMPORAIS

A licença deverá estar disponível por 12 meses após sua entrega.

4.6 REQUISITOS DE SEGURANÇA

Não se aplica

4.7 REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

Não se aplica

4.8 REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Possibilitar o armazenamento de artefatos de design de interface (desenhos, padrões, protótipos, branding, usabilidade e experiência).

4.9 REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplica

4.10 REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Não se aplica

4.11 REQUISITOS DE GARANTIA DO OBJETO

As atualizações deverão ser disponibilizadas por um período de 12 (doze) meses sem custo adicional.

4.12 REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplica

4.13 REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Não se aplica

4.14 REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

Não se aplica

4.15 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A solução deverá possibilitar o uso de senha em arquivos e sessões abertas para compartilhamento de trabalhos.

4.16 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

4.17 OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

Não se aplica.

4.18 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto aceito pela Administração;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 ROTINAS DE EXECUÇÃO

6.1.1 O objeto deverá ser entregue no prazo de até 10 dias, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento pela CONTRATADA e deverá possuir validade de 12 meses.

6.1.2 As entregas serão através do email *adi@mprs.mp.br*, na Unidade de Apoio Administrativo da Divisão de tecnologia da Informação e Comunicação, situada na Rua Andrade Neves, 106/9º andar, Porto Alegre, RS, telefone (51) 3295.8310/8311.

6.2 QUANTIDADES MÍNIMAS

Entrega de uma única licença.

6.3 MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.5 SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1 FORMALIZAÇÃO:

■ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

- ☐ Contrato

7.2 ORDEM DE SERVIÇO:

- Uma ordem de serviço para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

7.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.3.1 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

7.3.2 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a. A fiscalização será exercida pela Unidade de Desenvolvimento de Sistemas (email sistemas@mprs.mp.br, por meio do servidor Luís Otávio Santos Correa Lima e, como substituto, pelo servidor Luís Cláudio Ziulkoski, com o endereço na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar-Sul, na Cidade de Porto Alegre, telefone (51) 3295-2726.

7.3.3 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4 SANÇÕES

7.4.1 Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida, por dia de atraso, até o máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4.2 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

8.2 RECEBIMENTO

8.2.1 Haverá recebimento dos serviços conforme abaixo:

- a) Provisoriamente, na data da entrega da licença, no prazo de até 5 dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2.1.1 O recebimento definitivo dos serviços após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) verificar documento dos fiscais técnicos e requisitantes, acerca da prestação dos serviços e cumprimento das obrigações;

8.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3 PAGAMENTO

8.3.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.1.1 A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo - Informática

b) Endereço de e-mail: **nf-adi@mprs.mp.br**

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8311

8.3.1.2 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de serviço expedida ou ao recebimento definitivo.

8.3.1.3 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.1.4 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.1.5 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.3.1.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.2 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim.

8.3.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o Recebimento definitivo e a protocolização da Nota fiscal.

8.3.4 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.5 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

8.3.6 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.7 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.4 REAJUSTE

8.4.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.4.2 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.4.3 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9. PROTEÇÃO DE DADOS

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 FORMA DE SELEÇÃO

- ☐ Licitação
- ☒ Aviso de contratação direta (contratação direta com disputa - art. 75, inc. I e II)
- ☐ Contratação direta (dispensa e inexigibilidade, sem disputa)

10.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item

10.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
 - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

10.4 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

10.4.1 Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade

- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

10.4.2 Laudos e Declarações

- Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Não será exigida qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

10.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Não será exigida qualificação econômico-financeira.

10.7 CONSÓRCIO

- Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

11. ESTIMATIVA DO VALOR

Será informada após pesquisa de preços e será publicizada